

DOSSIÊ

# DILEMAS ÉTICOS E PRODUÇÃO DO JORNALISMO:

Percepções a partir da tecnologia

Copyright © 20123  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

EDGARD PATRÍCIO  
*Universidade Federal do Ceará*

**RESUMO** - Esse artigo desenvolve uma reflexão sobre ética e prática do jornalismo a partir das condições de produção do seu exercício profissional. Foi elaborado tomando por base material empírico coletado por meio da realização de 15 entrevistas ao longo do ano de 2011 com profissionais jornalistas do mercado de trabalho de Fortaleza. Especificamente para este artigo, trato da relação entre ética, prática do jornalismo e tecnologias.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Ética. Tecnologia.

## **DILEMAS ÉTICOS Y PRODUCCIÓN PERIODÍSTICA: percepciones a partir de la tecnología**

**RESUMEN** - Este artículo desarrolla una reflexión sobre ética y práctica periodística a partir de las condiciones de producción del ejercicio profesional. Se elaboró tomando como base datos empíricos recogidos en quince entrevistas con periodistas del mercado de trabajo de Fortaleza realizadas a lo largo del año 2011. En este artículo se trata específicamente de la relación entre ética, práctica periodística y tecnologías.

**Palabras clave:** Periodismo. Ética. Tecnología.

## **ETHICAL DILEMMAS AND PRODUCTION OF JOURNALISM: perceptions from technologies**

**ABSTRACT** - The purpose of this study is to develop a reflection on ethics and practice of Journalism based on the production conditions of his professional exercise. It has been prepared in the basis of empirical material collected through the conduct of 15 interviews throughout the year of 2011 with professional journalists of the labour market of Fortaleza. Specifically for this study, I approach the relation between ethics, practice of Journalism and technologies.

**Keywords:** Journalism. Ethics. Technology.

## A ÉTICA, O JORNALISMO E A FORMAÇÃO DO JORNALISTA

A problemática da ética no jornalismo não é assunto recente. Mas, com certeza, essa pauta pôs-se mais em evidência a partir das transformações que vêm sofrendo o processo de produção do jornalismo, aí inserido o ambiente das tecnologias da comunicação. Como as transformações na produção do jornalismo repercutem na dimensão ética do exercício da profissão? Como as tecnologias impõem outras condicionantes éticas a essa produção? E como os profissionais jornalistas estão percebendo essas relações?

Um fator está desencadeando a necessidade de uma discussão ética sobre a produção do jornalismo. E essa necessidade tornou-se mais evidente a partir da utilização da internet como suporte de disseminação dessa produção. Para Kucinski, há no jornalismo on-line a “primazia da velocidade sobre outros atributos da informação, tais como precisão, contextualização e interpretação. Esses atributos são sacrificados em nome da velocidade” (KUCINSKI, 2004, p. 97-98). Ele corrobora, assim, com a percepção de que um dos primeiros legados éticos que relaciona o jornalista com seu trabalho é a produção de um bom texto jornalístico, que incorpora as várias dimensões éticas envolvidas em sua elaboração.

As grandes quantidades de dados colocadas à disposição dos jornalistas, por meio de bancos e bases de dados disponibilizados na internet, são outro elemento que trafega por essa discussão. Fato é que o acesso facilitado a uma grande quantidade de informações fez surgir um segmento do jornalismo, o chamado ‘Jornalismo de Dados’; e um ‘novo’ formato do gênero informativo de produção, a chamada Reportagem Assistida por Computador (RAC). Ferramentas e linguagens digitais são desenvolvidas para dar conta do tratamento dessas informações. E, mais uma vez, a precisão da tecnologia, e sua utilização, pode descambar para deslizamentos éticos no exercício da profissão.

O que se observa é que os dilemas éticos enfrentados pelos profissionais jornalistas instauram uma dualidade, uma visão antagonista entre pensamento e ação, na determinação do que seja ética e moral. Mas essa não seria uma dúvida só dos jornalistas. Costa (2009, p. 20) relata-nos que, embora “para o filósofo alemão Hegel a eticidade e a moralidade fossem sinônimos, para Kant a eticidade seria superior à moralidade. A eticidade estaria no âmbito do público, mais universal; e a moralidade no âmbito particular e subjetivo”. Mas é Boff (2009, p. 37) quem lança parâmetros para a resolução desse antagonismo:

A ética é parte da Filosofia. Estatuí princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. A moral é a parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Uma pessoa pode ser moral, mas não necessariamente ética.

Ora, mesmo costumes e valores consagrados podem ser alterados. Para isso, as transformações culturais jogam um peso decisivo. Essas possíveis transformações estariam na base da necessidade da atualização dos códigos de ética das diversas categorias profissionais. O código de ética referente ao médico brasileiro, por exemplo, estatuí que sua revisão deva ser realizada, obrigatoriamente, a cada cinco anos. Nesse caso, e como foi o caso da última revisão do código de ética do jornalista brasileiro, as atualizações podem ser resultantes do avanço das técnicas e descobertas científicas que perpassam a atividade dos profissionais.

Mas a própria fragmentação do conhecimento pode ter levado a essa estratificação da ética profissional. Novamente Boff (2009, p. 42), ao afirmar que sendo

[...] os entes ilimitados, ilimitados também são os saberes. Mas (a razão) esquece-se que são partes de um todo. Realidade fragmentada, gerou saber fragmentado e ética fragmentada em infindas morais, para cada profissão (deontologia), para cada classe e para cada cultura.

Durante o ano de 2011, o curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará, por meio da disciplina Éticas e Práticas Jornalísticas, realizou uma série de entrevistas envolvendo 15 profissionais jornalistas com atuação no mercado de trabalho de Fortaleza. Os profissionais convidados eram representativos das diversas linguagens (impresso, rádio, televisão, multimídia), de diferentes ocupações (repórteres, editores, diretores de redação, diretores de empresa, professores), de diferentes locais de trabalho (empresas de comunicação, empresas de assessoria, universidades) e de diferentes faixas etárias.

Os depoimentos, colhidos a partir de entrevistas coletivas realizadas pelos estudantes da disciplina, tiveram, em média, três horas de duração cada. Os roteiros das entrevistas, preparados em reuniões prévias, sinalizavam para questionamentos acerca da relação entre ética e responsabilidade social do jornalista; a aproximação entre ética e demanda pela informação de interesse público; a ética na dimensão da empresa jornalística, enquanto vinculada a um serviço público; a relação

entre ética, tecnologia e jornalismo; os mecanismos de acompanhamento e julgamento dos deslizes éticos cometidos por profissionais jornalistas; o papel da formação acadêmica na preparação do jornalista para o exercício ético da profissão.

Além desses questionamentos, os profissionais jornalistas foram instados a socializar, com os estudantes, os dilemas éticos que vivenciaram ou vivenciam em sua prática profissional de produção do jornalismo. Em relação a esse último aspecto, as diferentes faixas etárias dos profissionais jornalistas convidados a dar seus depoimentos contribuíram para que pudessem ser percebidas as transformações da relação entre ética e prática profissional do jornalismo ao longo do tempo.

### **UMA ESTRATÉGIA DE DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO JORNALISTA**

A disciplina Éticas e Práticas do Jornalismo é ofertada, na matriz curricular atual do curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará, no 8º semestre. Esse fato cria dificuldades para os professores que ministram a disciplina. Nesse semestre, último da matriz curricular regular, os estudantes na quase totalidade estão no mercado de trabalho, seja como estagiários remunerados, seja como profissionais desviados de função, mas no exercício do jornalismo. E ainda têm pela frente a tarefa de elaborar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concretizado na elaboração de uma monografia ou de um trabalho prático.

Em que essa situação repercute na proposta didática da disciplina? Inicialmente, ela deve atender aos requisitos de seu programa, que apontam para uma intersecção entre teoria e prática do jornalismo. E, necessariamente, ela tem de contemplar essas especificidades, de uma turma de jornalistas em formação do último semestre de seu curso. Nesse caso, a proposta desenvolvida a partir do semestre 2011.1, quando assumi a disciplina, consistiu em uma tentativa de desenvolver uma didática que ‘aproveitasse’ essas características.

Parti do pressuposto de que a proposta didática deveria ser orientada para minimizar o esforço dos estudantes frente às tarefas que têm de assumir nesse semestre do curso. Além disso, possibilitar que o exercício profissional, já praticado por eles, pudesse ser ‘trazido’ para a sala de aula, favorecendo a relação entre teoria e prática a que se propõe a disciplina. E que a discussão, ao mesmo tempo, pudesse fazer uma

aproximação entre formação acadêmica e mercado de trabalho, uma vez que os estudantes receberiam seu diploma de jornalistas ao final daquele semestre.

Propus aos estudantes que pudessem realizar uma série de entrevistas com profissionais do mercado de trabalho em que a relação entre ética e exercício profissional pudesse ser explicitada. E que os profissionais pudessem explicitar, nesse diálogo, os dilemas éticos que vivenciaram em sua trajetória no mercado de trabalho. A turma aceitou a proposta, imagino que percebendo a aproximação entre o exercício profissional e a dimensão ética, com a qual talvez já tivessem se defrontado enquanto participantes do mercado de trabalho; e, com certeza, pelo menor esforço que representaria desenvolver a disciplina, sem trabalhos ou provas.

A didática da disciplina comportava a indicação dos profissionais jornalistas a serem entrevistados pelos próprios estudantes – alguns nomes de entrevistados recaíram sobre ‘colegas’ do mercado de trabalho. Selecionados os nomes, a turma foi dividida em equipes. Cada equipe ficava responsável pelo levantamento das informações da atuação daquele profissional, pela produção de um roteiro básico de entrevistas e pela elaboração de um perfil jornalístico do profissional. Todas essas informações eram socializadas para o restante da turma que fazia suas considerações sobre o material coletado. Na aula seguinte, realizávamos a entrevista e fazíamos uma avaliação da ‘performance’ do entrevistado e da turma, já em preparação para a entrevista seguinte.

Todos os profissionais foram alertados para o fato de que as entrevistas, em sua íntegra ou editadas, poderiam fazer parte de uma publicação, como um dos resultados da disciplina. Mas, em razão das autorizações não terem sido coletadas de modo formal, e do que poderia representar as opiniões desses profissionais em suas relações de trabalho, optamos por não citar seus nomes. Em virtude disso, as falas de cada um dos profissionais entrevistados serão indicadas, neste artigo, a partir de números. Mas descrevemos sua atuação profissional, à época da realização de sua entrevista, para que se tenha ideia da diversidade alcançada pelos participantes.

Entrevistado	Ocupação
01	Chefe de redação de TV
02	Professor universitário da área de Comunicação Social
03	Repórter de jornal impresso
04	Editor de imagens de jornal impresso
05	Colunista de jornal impresso e blog
06	Coordenador de um informativo digital apócrifo que analisa a atuação da imprensa cearense
07	Sócio de uma empresa de assessoria de comunicação
08	Comentarista de um jornal de TV e colunista de jornal impresso
09	Cronista esportivo de rádio, TV e impresso
10	Assessor de comunicação de uma instituição pública
11	Apresentadora e repórter de TV
12	Professor universitário da área de Comunicação Social
13	Editora de jornal impresso
14	Repórter de jornal impresso
15	Editora de um portal de notícias

## A ÉTICA, O EXERCÍCIO DO JORNALISMO E A TECNOLOGIA

Os códigos de ética de atuação profissional sofrem atualizações ao longo do tempo. Esse é um movimento que atesta uma adequação da conduta ética profissional às transformações sociais. Conforme Camargo (2004, p. 34), os códigos de ética são “definidos, revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e de cada país”, embora ressalte que “suas linhas mestras” são “deduzidas de princípios perenes e universais”. Camargo (2004, p. 32) compreende ainda que

A ética profissional é a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais; a pessoa tem que estar imbuída de certos princípios ou valores próprios do ser humano para vivê-los nas suas atividades de trabalho. De um lado, ela exige a deontologia, isto é, o estudo dos deveres específicos que orientam o agir humano no seu campo profissional; de outro lado, exige a dicitologia, isto é, o estudo dos direitos que a pessoa tem ao exercer suas atividades.

A última revisão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros aconteceu em 2007, depois de 20 anos da última atualização. Um dos aspectos que “forçou” a atualização do Código foi a crescente utilização do procedimento da câmara escondida para a produção de matérias de natureza mais investigativa.

Especificamente para esse artigo, não vou me deter na discussão

sobre o conceito de ética, e suas relações, às vezes sobreposição, para alguns, com o conceito de moral. Duas motivações me levam a essa opção. A primeira, de ordem prática, é o espaço físico que tenho para dissertar sobre o objeto do artigo. A outra opção é que, ao tentarmos relacionar ética e exercício profissional do Jornalismo, a partir das entrevistas, essa não foi uma discussão que pautou originalmente os roteiros de perguntas elaborados, ficando a cargo dos profissionais jornalistas tecerem considerações livres sobre os dois conceitos, e os utilizarem a partir de sua própria compreensão<sup>1</sup>. Nossa percepção é que o atrelamento ao conceito poderia significar uma inibição à fala dos entrevistados.

Ao se fazer a análise das entrevistas, percebe-se as relações que se estabelecem entre ética e produção do Jornalismo. Essas relações são mediadas por determinadas categorias, pelas quais se concretiza o ato jornalístico perpassado pela ética, ou por seu abandono. Seriam as dimensões por onde se insinua essa relação. Uma dessas dimensões é aquela que se concentra na preocupação do conceito de ética, pelo jornalista, para explicitar sua preocupação em seguir seus preceitos ou a tentativa de identificar o deslize ético. Outra dimensão seria a negação do conceito de objetividade, pela própria empresa jornalística, que força o profissional jornalista ao deslize ético. A identificação de quando a ética perpassa a produção do Jornalismo é explícita quando os entrevistados são instados a relatar seus procedimentos jornalísticos à luz do conceito de ética que defendem. Essa seria mais uma dimensão. Outra, seria a relação que se estabelece entre formação acadêmica, produção do Jornalismo e ética. Por fim, haveria uma dimensão que parte da tecnologia que interfere na relação entre produção do Jornalismo e ética. São as duas últimas dimensões que vamos analisar aqui.

## FORMAÇÃO ACADÊMICA E ÉTICA

No decorrer das entrevistas, uma orientação unânime entre os profissionais foi reiterar a importância da discussão sobre a ética e o exercício profissional do jornalista. Para referendar essa posição, estabeleceram uma relação entre ética e formação do profissional. O Entrevistado 01 salienta esse posicionamento, ao se dirigir aos estudantes de jornalismo que faziam a entrevista:

Vocês, de fato, estão tendo a oportunidade de aprender alguma coisa sobre ética com os profissionais que já estão no mercado, que estão há um pouco mais de tempo que vocês no mercado.

Vocês vão levar isso pro resto da vida. Essa experiência, vocês só estão tendo porque estão dentro da universidade. A ética que estou falando pra vocês é a ética de fato. O exercício da profissão jornalística hoje é isso. E eu acho que muito da experiência dessa ética real torna ainda mais valoroso esse momento que vocês estão passando aqui na faculdade. Por isso que é tão fundamental, na minha avaliação, você ter um diploma da profissão. É uma coisa que eu realmente não abro mão.

A fala do entrevistado inaugura outra discussão: em que momento seria importante a discussão da ética no processo de formação do jornalista? Segundo Bucci (2002, p. 204), o ideal seriam currículos que contemplassem “não apenas a existência de uma disciplina sobre ética, mas o compromisso ético como fundamento de cada uma das disciplinas”. Por essa percepção, Bucci não estabelece, dentro da construção da matriz curricular, um atrelamento entre discussão da ética e exercício profissional, uma vez que os currículos de jornalismo fazem uma divisão clara entre disciplinas teóricas, ministradas nos semestres iniciais dos cursos de formação, e disciplinas práticas, concentradas nos semestres intermediários e finais dos cursos.

A visão da discussão sobre ética diluída ao longo do processo de formação acadêmica do profissional jornalista, defendida por Bucci, encontra eco também entre os participantes do diálogo com os estudantes. Mas a aproximação entre discussão conceitual sobre ética e sobre os dilemas éticos no exercício profissional contrapõem duas posições. A primeira, a que deposita no momento da formação acadêmica o peso maior da discussão sobre ética, como explicita o Entrevistado 08, quando afirma que a base da formação ética do profissional “está no curso. Essa parte teórica em que você vai discutir com o profissional, essa base está aqui mesmo. No meio profissional, a gente vai aplicar algumas coisas que a gente consolida aqui”. Já em relação à segunda, o Entrevistado 02 aposta em uma aproximação entre a discussão conceitual vinculada à formação acadêmica e a que parte do exercício profissional.

A ética se faz na prática, mas também da reflexão. Nós estamos falando da ética jornalística que deve ser resultado da prática cotidiana da atividade profissional, mas também de uma reflexão permanente através da leitura e do debate com os colegas. A nossa profissão é uma das que mais discute a ética, e isso é salutar.

Essa percepção também é compartilhada por Karam (2004, p. 129), que estabelece a aproximação ao chamar atenção para o fato de que “a formação e a produção jornalísticas exigem fundamentos



epistemológicos, incluindo reflexões de ordem ética, técnica e estética”. Nesse caso, os princípios morais da atividade reuniriam, como síntese, um “dever-ser (deontologia)” ancorado na busca pela realização profissional e pela resolução de fatos-problemas, os quais a humanidade reconhece como tais, “de um acidente a um desvio de verbas públicas, de um atentando às razões dele ou sobre os interesses envolvidos em quaisquer conflitos ou guerras”.

E é na prática do exercício profissional que os jornalistas identificam a importância da discussão ética no processo de formação. Como esclarece o Entrevistado 03, sem antes estabelecer seu ponto de vista sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Sou a favor do diploma por uma simples coisa: por puro corporativismo, assumo isso. Porque acho fraca a defesa de quem é contra e a defesa de quem é a favor. “Ah, porque é dentro da Universidade onde se é forjada toda a história da ética”. Também. Vem lá da minha família, vem lá da rua onde eu morava onde eu fazia isso ou aquilo. “Ah, muitos jornalista são mau-caráter de bandeja”. Logicamente, mas a maioria, pelo menos nos meus cálculos, é do bem. [...] “Ah, porque Medicina lida com vidas, qualquer coisa você pode matar alguém”. E na Comunicação, a gente não pode não? Dá uma informação errada lá, uma rebelião que você causa dentro de um presidio, bota uma história lá no meio, lida com vida, lida sim!

Uma visão corroborada por Caldas (2005, p. 88), quando enfatiza que o poder do comunicador,

[...] de fazer e desfazer contextos, de montar e desmontar realidades não pode prevalecer. É preciso recuperar a ética dos indivíduos, dos profissionais, das instituições, do cidadão. Resgatar o sentido público da informação e da responsabilidade social do comunicador.

A principal discussão estaria “na percepção do poder sobre o discurso midiático, de seu impacto na opinião pública e, sobretudo, na compreensão da informação como bem público e não privado”. Daí a necessidade de “rediscutir a formação do jornalista como um intelectual na interpretação dos acontecimentos e não apenas um mero relator de fatos com suas múltiplas versões” (CALDAS, 2005, p. 88).

A importância dada ao processo de formação na apropriação da dimensão ética da profissão pode ser mensurada na percepção da realidade quando inexistiam os cursos superiores de Comunicação Social. O Entrevistado 09 fez parte desse momento, e seu depoimento é representativo dessa situação.

Na Rádio Uirapuru tínhamos uma espécie de código, por onde nós direcionávamos nosso trabalho. Por exemplo, palavrão. Ave Maria! Se eu dissesse um palavrão numa rádio daquelas seria logo

demitido! Naquele tempo tinha princípios. Então, a nossa formação era na prática. Quanto à televisão, não tinha TP (teleprompter), não tinha nada. Quando cheguei à TV Ceará, onde comecei, não sabia de nada. Tinha saído da Rádio Dragão do Mar, contratado pela Rádio Verdes Mares, iria aprender lá. Então eu chegava à gravação dos camaradas fazendo o noticiário, ficava olhando e vendo. Daqui a pouco eu estava fazendo. Era assim que se aprendia. Naquela época não tinha curso de Comunicação. Então nós aprendíamos na marra mesmo. Com os princípios éticos, ia acontecendo quase a mesma coisa.

Então, ainda sobre a discussão ética no processo de formação do jornalista, e segundo Christofolletti (2008, p. 15), para alcançar-se um jornalismo melhor não são necessários aos veículos de comunicação “apenas os equipamentos mais modernos”, mas, sim, que se formem “bem os recursos humanos que povoarão as redações”. É “fundamental pensar, discutir e difundir um ambiente de reflexão ética nos processos de comunicação”.

### **PRODUÇÃO DO JORNALISMO E ÉTICA A PRESSA DA INFORMAÇÃO**

O primeiro compromisso ético do jornalista, em seu exercício profissional, deve ser com a dimensão da responsabilidade social de sua profissão. Nesse caso, o interesse público deve permear sua prática. E as estratégias de aproximação entre produção do Jornalismo e interesse público passam, necessariamente, pela qualidade da informação que ele manipula e produz. É a partir da qualidade dessa informação que será possível mensurar seu alcance social – a sua capacidade de mobilização e orientação às transformações sociais.

Um dos processos que permeiam a produção do Jornalismo é a busca pela informação inédita, encoberta, inalcançável ao público. É o ‘furo’ jornalístico, que tomou impulso a partir da estruturação dos veículos em empresas de comunicação. Mas uma relação perversa se estabelece entre o furo e a velocidade de circulação da informação. Quanto mais rápido a informação circula, maior é a corrida desenfreada das empresas de comunicação em torno do furo jornalístico, no receio de ser ‘furada’ pela concorrência e como esforço em diferenciar seu produto. Não custa acrescentar que o furo jornalístico também repercute na credibilidade que a empresa de comunicação, e seu produto, constrói junto ao público.

Uma das contribuições da internet para a produção do jornalismo é exatamente o aumento da rapidez na circulação da informação. O que para o Entrevistado 02 repercute no componente ético do exercício da

profissão.

Hoje há uma exasperação por causa do furo e da exclusividade que é cada vez mais difícil por causa da internet. Essa exasperação leva o jornalista a certos exageros: coloca como denúncia aquilo que não é denúncia, aquilo que é apenas uma suspeita e depois são suspeitas que não se confirmam, mas se tratadas como denúncia mancham de forma indelével a reputação das personagens envolvidas.

É a discussão levantada por Kucinsky (2004, p. 81 e 82), ao chamar atenção para a relação entre plano ético e internet. Para ele, a internet cria novos dilemas além dos já existentes no Jornalismo, principalmente porque derrubou algumas fronteiras até então bem demarcadas. Ficou tênue a demarcação entre ‘comunicação pessoal e coletiva’ e, portanto, entre os conceitos de ‘público e privado’; derrubou a demarcação entre ‘meio de informação e mercado’, já que em um site você se informa sobre uma mercadoria e, ao mesmo tempo, efetiva a transação comercial; derrubou a demarcação entre as várias linguagens da comunicação, assim como entre os vários suportes. Seus conteúdos são os mais arbitrários possíveis e, por meio da facilidade de copiar, ela destruiu na prática o conceito de direito autoral e da própria autoria. Com isso, abriu o caminho a problemas de autenticidade e veracidade da informação, credibilidade do meio e responsabilidade pela informação.

Mas é o mesmo Kucinski (2004, p. 22-23) que vai afirmar que os “[...] códigos de ética diferem de país para país, ou de uma época para outra, justamente porque refletem mudanças de ênfase ou de articulação de valores das matrizes éticas de cada cultura ou de cada tempo. De hábitos novos surgem novos valores”. Será que a internet estaria gerando novos hábitos, que por sua vez estariam gerando novos valores éticos? Será que não estaríamos pré-julgando a relação entre jornalismo e internet, e suas repercussões éticas, com os olhos de valores anteriores?

Christofoletti (2008, p. 94-95) parece corroborar com minhas indagações, ao salientar que “se a tecnologia modifica as relações interpessoais, também muda os valores morais e as éticas. Por isso, é preciso se deter um pouco nos movimentos que chacoalham os tempos atuais para compreendermos como a ética jornalística também está mudando”. Para melhor ou para pior? Esse é outro dilema que se instala e que nossos entrevistados tão bem antecipam. Voltemos a eles, então, que vivenciam nos seus ambientes de trabalho e na prática da produção do jornalismo esses novos dilemas éticos.

Nosso Entrevistado 02 ainda chama a atenção para outras

repercussões dessa 'exasperação' pelo furo em uma das etapas essenciais da produção do jornalismo, o processo de apuração da informação.

Um dos conceitos que está sendo mais prejudicado nesta nova jornada é o conceito da precisão jornalística. Os veículos são cada vez mais açodados em dar a informação em primeira mão e nesse açodamento vai aí a credibilidade, a responsabilidade por aquilo que se está fazendo. A rapidez com que essa coisa se dá, não dá tempo nem do camarada checar se aquilo que ele tem como informação é verdadeira ou não, se aquilo se confirma. Fica nessa disputa de quem vai dar primeiro, mas ao mesmo tempo em está disputando quem acerta primeiro, também está disputando quem erra primeiro, é o mesmo valor e isso é muito arriscado em determinadas situações.

Mas, se, por um lado, as empresas e os profissionais ganham em credibilidade quando alcançam o furo jornalístico, o que perdem quando a informação divulgada em "primeiríssima mão" não se confirma, pelo açodamento do processo de apuração? Seria possível estabelecer uma relação de custo-benefício, nesse caso, entre acerto e erro? É possível pautar o comportamento ético do exercício profissional do jornalismo numa relação de ganhos e perdas? A Entrevistada 15 chama a atenção para essas discussões, e lança outros elementos para se compreender esses dilemas. E parte de sua prática como jornalista na web.

Eu lembro de situações como o Portal Terra [Portal de notícias [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br)] publicando um acidente da TAM2. A notícia era "Um incêndio atingiu parte do aeroporto de Congonhas, nesta quinta-feira, em São Paulo. Breve mais informações". Aí a galera "caiu em cima". Como assim "breve mais informações?". Começou a chover comentários, foi super mal visto pela rede e pelos veículos, uma irresponsabilidade! Um monte de gente viajando ou com alguém da família viajando, sem saber o que tinha acontecido. Ele não errou na informação, mas, com a pouca apuração que tinha, ele resolveu publicar logo. Qual é o mínimo de apuração necessária para que eu não corra riscos? O difícil é que o que está me dando a resposta é que eu sei que se eu não fizer direito, eu vou ter uma reação muito negativa pelo público. Sair primeiro é bacana porque você tem uma boa carga de retweets, repercussão. As pessoas vão querer divulgar que houve aquele acidente no Aeroporto de Congonhas. Só que se eu produzir um conteúdo mais apurado, com muito mais estruturação, com mais detalhes, com a foto sobre aquele incidente no Aeroporto, por exemplo, eu ultrapasso a quantidade de retweets logo no primeiro momento.

Mas se acontecem erros ou mesmo imprecisões no processo de apuração da informação, por conta da busca do furo, também aumentou, pelo desenvolvimento da mesma tecnologia, a possibilidade de "consertar" esses erros. Mas pelo menos dois fatores rondam a resolução do erro jornalístico. O primeiro, a histórica resistência das empresas e profissionais jornalistas em admitir que cometeram erros.

Não é à toa que são tímidos os espaços dados às seções de “erramos”, por exemplo, nos jornais diários impressos. Isso quando os há. E quando aparecem, as informações são incompletas – não se repete o erro, que poderia contextualizar o leitor. Apenas se informa que “ao contrário do que divulgamos ontem...”. A resistência à admissão do erro também pode ser computada na conta do definhamento das experiências de ombudsman nos veículos de comunicação brasileiros. E os relatos das relações tempestuosas entre redação e ombudsman já encheram algumas folhas de livros que abordam essa questão.

O outro fator que ronda a tomada de decisão em torno da resolução do erro jornalístico é que seu conserto pode gerar outros dilemas, de natureza ética, como explica a Entrevistada 15.

Tem a facilidade da correção. No portal, a gente deixa bem claro que tem que fazer “errata”. Errou? Faz errata. Só que às vezes o ego do jornalista, o ego do estagiário, para poder assumir o erro para o seu editor atrapalha e ele só ajeita na própria matéria. Isso é apenas um exemplo da atuação daquela pessoa que está à frente daquela notícia. Existem editores que também preferem não assumir o erro, porque acham que causa uma impressão negativa.

Outro dilema ético que a Entrevistada 15 percebe na produção do webjornalismo, e que também está relacionado com a pressa na circulação da informação, é quanto à autoria da informação inicial. Isso porque a internet passou a ser fonte de pautas, ou mesmo fonte de cópia de informação, entre os diversos veículos. O que representava a televisão e o rádio para os jornais impressos, como fonte de pautas, foi assumido pela internet, que passou a pautar também a própria televisão e o rádio. E o reconhecimento da autoria da informação inicial ainda encontra barreiras.

Por exemplo: o jornal O Povo<sup>3</sup> publicou que o Clodoaldo [jogador de futebol cearense] assinou com o Ceará [Sporting Club]. Então o Diário do Nordeste<sup>4</sup> e o Jangadeiro Online estão correndo atrás da informação que O Povo deu primeiro, checaram com a diretoria e o fato foi negado. A gente vê muito isso aqui, e quando eu falei para amigos jornalistas que moram fora eles ficaram chocados... Você vai atrás de apurar os fatos para negar o concorrente. É o ponto um. Acho que é dar crédito demais até. Segundo ponto: se eu atribuir o início da informação ao O Povo, de que ele tinha a informação, eu deveria publicar “segundo o jornal O Povo”. Infelizmente é uma prática muito difícil de lidar, de um produto citar o outro, a Sadia citar a Perdigão. É muito complicado, mas deveria ser feito. A gente vê algumas práticas de sites americanos que eles citam o concorrente. O máximo que a gente conseguiu no Brasil é o caso do Estadão, que no Twitter ele pega o link da notícia e diz “via O Globo”, por exemplo. Se a informação começou lá, quem começou apuração foi ele, diz que é “segundo o jornal O Povo”. A Globo.com faz isso também, de algumas vezes você ler “segundo o jornal Folha de S. Paulo”. Só que ela faz errado, porque

o correto seria mandar o link para a notícia original. Ou seja: há o problema seriíssimo do direito autoral da informação, da imagem e é complicado.

## O INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO

Se a pressa da informação é uma consequência da evolução da tecnologia no processo de circulação da informação, o que dizer quando o arsenal tecnológico é utilizado diretamente na produção da informação? Repercussões éticas também se verificam aí. A utilização da câmara oculta, com o objetivo de burlar barreiras à apuração da informação, frequenta a discussão sobre a relação ética e exercício profissional do jornalismo mesmo antes da disseminação da internet como suporte para a circulação da informação jornalística. E foi seu uso pelos jornalistas, dentre outros fatores, que motivou a última atualização do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em 2007.

Está lá, em seu Artigo 11, inciso III, que o jornalista não pode divulgar informações “obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração”. Mas, quais são os limites em que o jornalista pode parar e dizer: “Bem, agora esgotei ‘todas as outras possibilidades de apuração’. Vou partir pra câmara oculta!”. Num presente em que as contribuições de cinegrafistas amadores pululam na televisão e internet brasileiras, como estabelecer esses limites?

De qualquer maneira, é no interesse público, lido ou não o Código de Ética, que os entrevistados apoiam-se para defender a utilização dessas maneiras “inadequadas” de apuração da informação, em que a tecnologia exerce um papel diferencial na produção do jornalismo. Como depõe o Entrevistado 01.

Recentemente nós fizemos uma matéria com uma microcâmera em um mercadinho lá no [bairro] Carlito Pamplona. O cara estava vendendo produtos com validade vencida. A gente recebeu uma denúncia de uma pessoa que passou mal por causa desses produtos. Foi a segunda matéria que nós fizemos nesses últimos meses sobre a venda de produtos fora do prazo de validade. No dia que a matéria ia ser exibida, ligou um advogado do tal do mercadinho. “Olhe, eu proíbo você de colocar essa matéria no ar”. Eu disse: olha, sinceramente, você devia proibir o seu cliente de vender esse tipo de mercadoria pras pessoas. “Você não entende nada de Código Penal”. “Pode ser que eu não entenda nada de código penal, mas de jornalismo eu entendo e a matéria vai pro ar”. E a matéria foi pro ar. Com relação à microcâmera, nós tivemos recentemente um médico que atendia numa clínica, sendo que o filho era médico e o pai não era médico. O pai prescrevia e carimbava com o nome do filho, no lugar dele. Nós ligamos pro

Conselho Regional de Medicina, obviamente para nos resguardar, e perguntamos se o conselho já estava investigando a atuação desse falso médico. Esse foi um caso que nós utilizamos a imagem da microcâmera. Fizemos agora uma série sobre dengue, mas de uma forma diferente. Mostramos como os médicos da rede pública não são preparados para tratar a dengue. Aí colocamos um produtor em perfeito estado de saúde para dizer que estava sentindo alguns sintomas e ser atendido em diversos setores da saúde: pública, privada e numa clínica. O único que acertou o diagnóstico foi o da clínica particular. A gente só usa imagem de câmera escondida quando o crime está comprovado. Um fato que nós demos recente foi um flanelinha vendendo cocaína. A gente mostrou a cara dele. O cara era traficante. É crime? Nós colocamos, mas gente consumindo drogas, não, porque ser usuário de drogas não é crime. É um exercício da ética no dia a dia. Obviamente, nós devemos ter falhado algumas vezes já nesse exercício. Mas a gente tem tentado buscar essa ética da melhor forma possível.

Na afirmação de veicular informações obtidas com câmaras ocultas, o cuidado em utilizar o aparato tecnológico apenas quando os 'crimes' são comprovados deriva para uma função judiciária que não compete ao jornalista exercer. Criminosos são definidos como tal quando julgados. E não cabe ao Jornalismo antecipar esse julgamento, sob pena de cometer outro deslize ético.

Mas a defesa do interesse público encoraja nossos jornalistas a utilizar a microcâmera como instrumento de trabalho, embora ainda gere algumas dúvidas quanto a sua utilização, como exemplifica nosso Entrevistado 14, na defesa que faz do procedimento.

[...] eu vou muito no negócio de caso a caso. Eu contei que eu já tive duas experiências nesse sentido, uma delas foi ruim, e que realmente não prestou nem nada, e enfim, eu tava trabalhando em outro local, pediram pra eu fazer uma câmera escondida, que era TV na época (trabalhava na TV) e sem questionar nada, ainda bem que, graças a Deus que não deu certo, que eu filmei tudo errado, filmei o céu, mas depois eu vi que não tinha sentido nenhum, porque era uma clínica clandestina de aborto e depois eu descobri que era clínica do amigo do dono da emissora e enfim, ainda bem que não deu certo, cheguei lá e só filmei o céu. Na segunda que eu fiz, fiz com o jornal, fiz consciente, aí eu fico pensando, será que eu fiz errado ou certo? Não era reportagem de polícia, era o HGF<sup>5</sup>, disseram que o HGF, fizeram aquela reforma toda e alguém disse pra gente que depois de seis meses da reforma já tava toda a lotação na emergência, nos corredores, aí eu liguei pra assessora: "olha eu tô fazendo matéria sobre isso, só aquilo, eu posso ir hoje?" "não, não pode, venha só amanhã, porque a fulana de tal tá ocupada", "mas, eu não...", "não, venha só amanhã", aí eu: "tá certo, então amanhã nove horas?", "amanhã nove horas", desliguei "Vou lá é agora!" Aí eu fui sem me identificar como repórter nem nada, pra ver como é que tava. Eu cheguei lá em frente do hospital e fui andando na emergência, vi o pessoal no corredor e tava um monte de maca no corredor, aqueles soros pregados com esparadrapo, gente chorando de dor, aquela confusão toda e tal, aí eu observei isso, só que sem me identificar como repórter, fiz esse papel de observação. Depois conversei com algumas pessoas me identificando como repórter e voltei pro jornal. Quando foi no dia seguinte, se tinha 50 macas, tinha 10 macas no corredor, não

tinha nada com esparadrapo no soro, um monte de médico dando assistência para cada paciente, aí eu fui conversar e constatei isso com a diretora lá: “olha, ontem eu vim aqui e vi que a situação era essa, o que a senhora tem a dizer sobre isso?”. (Nisso) eu fico pensando, será que eu errei em ter feito isso, se eu tivesse só ido (no dia em que a assessoria marcou), eu teria visto a realidade que se passa lá? Tipo assim, eu entrei lá sem me identificar como repórter, mas as pessoas que eu entrevistei, eu me identifiquei como repórter, e com isso eu pude constatar que a realidade não era aquela que eles estavam querendo mostrar, que eram coisas que eles estavam querendo maquiuar. Aí eu não sei se a gente tem que em cada caso analisar, dependendo da forma como você conduz, você não está fazendo algo de errado.

Outro problema derivado da utilização da câmara oculta, e outros aparatos questionados pela ética no exercício do jornalismo, são as tênues fronteiras entre o propalado interesse público e o interesse da empresa de comunicação por mais público consumidor de seus produtos. Ou mesmo quando a informação obtida resvala para interesses até mais específicos da empresa de comunicação, extrapolando os meramente comerciais. Até mesmo o temor de incomodar pessoas e instituições que, de alguma maneira, podem causar transtornos a sua atuação. Nosso Entrevistado 06 exemplifica.

Foi feito um grampo na Procuradoria da República aqui no Estado do Ceará. A Jangadeiro<sup>6</sup>, até então, veiculava gravações mesmo sem autorização da justiça. Como o fato envolvia a Procuradoria da República e dois procuradores mais diretamente, a emissora utilizou a política dos dois pesos e duas medidas: “se for um Fulano de Tal dos Anzóis Pereira, que ninguém conhece, vamos colocar a gravação no ar. Mas como se trata de procuradores...”. Com relação à ética, eu acho que se nem tudo é aplicado, nada pode sê-lo. Acredito até que alguns pontos do código de ética, apesar de recentes, deveriam ser atualizados. [...] Se tiver uma câmara oculta ou uma gravação de áudio que comprove um ato ilícito ou que comprove uma notícia, pode-se usar a amarra da ética ou a amarra da legalidade para que isso não seja divulgado. Nós nos posicionamos no sentido contrário: a gravação, mesmo que “ilegal”, pode servir ao interesse público.

A câmara oculta funciona na etapa de apuração da informação. Mas a tecnologia, enquanto aparato, também pode estar relacionada com o tratamento da informação jornalística, no momento de sua veiculação. No caso da edição de imagens, a discussão ética remonta um passado anterior ao surgimento da internet. Mas os softwares de edição de imagens forçaram um debate cada vez mais acalorado sobre os limites de sua utilização. Em alguns momentos, seu uso parece estar, a princípio, livre dos dilemas éticos. É o caso da edição que faz um corte na imagem para deixar a informação principal mais visível, por exemplo. Mas, o que dizer das fotomontagens que transformam, por descuido, barrigas femininas em superfícies lisas, desprovidas de umbigos, em



troca da eliminação de vestígios de celulite? Se detalhes podem ser retirados, muitas vezes sem deixar vestígios, detalhes também podem ser colocados em situações em que originalmente não estavam, e podem comprometer a integridade de fatos jornalísticos.

## A INTERAÇÃO

Mas a relação entre tecnologia e produção do Jornalismo também pode produzir espaços em que a defesa da ética no exercício profissional seja cobrada, e os deslizes éticos mais vigiados. A produção do webjornalismo permite um processo de interação mais franco entre produtor e receptor da informação. Em alguns casos, chega a confundir quem é quem. É essa possibilidade que predispõe uma participação mais ativa de quem tem acesso à informação jornalística: cobrar uma atitude ética de quem a produziu. A Entrevistada 15 traz um relato de como isso acontece.

Antigamente, na web, você tinha aquela coisa de que vão lembrar quem publicou primeiro, só que hoje vão lembrar quem publicou o melhor conteúdo. [...] O que acaba ficando é uma avaliação sobre o melhor conteúdo. Então, às vezes, é melhor você segurar, estruturar e produzir o melhor. Também é importante ter a foto, brigar pela foto. Por mais que eu publique uma hora depois, se eu conseguir a imagem, eu acabo em destaque.

E o que pode acontecer quando a informação jornalística veiculada não corresponde completamente à realidade?

Mas é a mesma coisa. Fica lá o comentário "Peraí, vocês disseram outra coisa há pouco tempo. Feio!". Ai você pensa: "Não. Não aprova esse comentário, não. Exclui!". Para negar quem? A pessoa vai publicar no Twitter: "Que triste! @portaltal publicou errado, não corrigiu e ainda apagou o meu comentário. Por que você não aprovou meu comentário?".

A Entrevistada 15 ainda fala que a demora na correção da informação pode despertar o posicionamento imediato dos internautas na cobrança da reparação. E ser um processo ainda mais desgastante para a empresa de comunicação, se essa reparação toma mais tempo.

É muito comum comentarem e ficar esperando moderar. Se demorar um minuto, ele já manda outro comentário acima: "Por que é que vocês estão demorando a aprovar o meu comentário?". Só falta você responder assim: "Porque nós somos uma equipe pequena e a gente recebe 400 comentários por dia, não temos como colocar uma pessoa para ficar só fazendo isso o tempo inteiro" (tom irônico).

Mas o discurso de quem ainda está no comando da manipulação da informação persiste, mesmo no webjornalismo. O que gera um descompasso quanto à dimensão ética do seu exercício, mesmo em tempos tão modernos. Novamente a Entrevistada 15.

Um outro problema de ética: Você abre para comentários e você exclui as críticas. A política é muito clara: "comentários ofensivos, palavrões ou que façam incentivo a práticas de racismo", enfim... Tem a questão do anonimato. Os veículos de comunicação web devem abolir essa questão do anonimato, ou seja: "quer comentar? Comente, mas quem é você?". O profissional tem que entender que, para ele, vale mais o comentário qualitativo que ter 300 comentários, dos quais boa parte são comentários fazendo chacota com times de futebol. Não está agregando em nada. É complicada essa questão de comentários porque é o próprio jornalista quem faz [a moderação], não é o modelo ideal. Ele pode ter alguns interesses entre excluir alguns comentários, editar alguns comentários a favor da matéria dele, o que deixa os comentários em uma situação muito complicada também.

Embora a interação possibilite algum controle sobre a veracidade da informação, e, por conseguinte, contribua para o fortalecimento de padrões éticos na produção do jornalismo, a defesa de uma 'pseudointeração' está transformando alguns procedimentos de apuração, e influenciando de forma negativa a presença da ética no exercício da profissão. Isso já acontece, por exemplo, quando da produção e envio de releases das assessorias de imprensa para os veículos de comunicação. Por um lado, esse procedimento representou mais tempo de trabalho na redação, em detrimento da "alma encantadora das ruas". Por outro lado, os gerenciadores de mensagens e editores de texto facilitaram sobremaneira a simples transposição do release para a edição do jornal, o conhecido 'corte e cola' ou '^C, ^V'. Ou mesmo quando o jornalista, na ânsia da informação rápida, permite-se realizar entrevistas por e-mail.

A interação digital também fortalece o sentimento de acomodação no processo de apuração jornalística. O que pode diferenciar na qualidade da informação veiculada. É o que atesta nosso Entrevistado 05.

Quando é coisa local, sou eu mesmo que pego. Eu confio nas minhas fontes, pego, confirmo tudo. Por exemplo, um exemplo simples, rápido, você é assessora e me liga: "Entrevistado 05, vou te mandar um release". Eu digo: "Olhe, mande um release, mas já que você está aqui, vamos construir a informação". Adoro fazer isso porque, às vezes, a gente, que está na internet, fica muito impessoal e eu gosto de conversar com as pessoas, porque eu vou sentindo os sentimentos. Pela voz, quando você tem experiência,

você vai sabendo se a pessoa tem maldade ou não.

É interessante essa dupla acepção do jornalismo na internet. Para além de uma visão maniqueísta ou dicotômica, ora ela avança, no sentido de permitir uma maior participação no processo de produção da informação, quando até mesmo as noções de produtor e receptor se diluem; ora recua, quando a internet é utilizada como suporte tecnológico que traz sérias repercussões nos procedimentos jornalísticos, hoje tão carente, por exemplo, da interação face a face. É o que insinua Kucinski (2004, p. 86), ao afirmar que a internet

[...] é também um novo costume, um hábito. Os costumes são determinantes dos valores éticos. A internet, paradoxalmente, é o espaço em que melhor se manifesta o fenômeno da fragmentação ética de nossos tempos, mas também o refúgio ideal dos libertários, dos que não se resignaram.

Todos esses dilemas afligem Costa (2009), que tenta resumir as novas condicionantes éticas trazidas pelos novos ambientes da mídia: o controle das redes (domínios, por exemplo), concentração, profissionalização, convergência, convergência no celular, mecanismos de busca global, exatidão da informação, jornalismo e entretenimento, nova realidade da propaganda, marketing contextual, conteúdo colaborativo, prosumer, emergência do indivíduo repórter, emergência do cidadão repórter, boato, problema do direito autoral, trabalho não remunerado, fontes.

Mesmo pensamento de Christofolletti (2008, p. 96 a 100), que acrescenta itens à lista, na sua quase totalidade já lembrada por nossos entrevistados: a facilidade do acesso a muita informação. E muita informação pode reforçar o princípio da credibilidade; o plágio de produções pode ser facilitado, uma vez que se tem acesso à produção mundial do Jornalismo; a velocidade de produção da informação, ou minimizá-las, por exemplo no caso da fase de apuração; a cadeia do erro/equívoco se amplia, porquanto rádio e TV passam a ter na internet sua fonte de informação; a facilidade da correção da informação incorreta, diferente do Jornalismo impresso; a facilidade no tratamento de imagens.

## PERSPECTIVAS DE OUTRAS DISCUSSÕES

As insinuações que fizemos aqui atestam que o Jornalismo está passando por muitas transformações. A tecnologia joga um peso decisivo nesse processo. Com as transformações, velhos dilemas éticos são reforçados, enquanto que outros vão surgindo. Muitas dúvidas sobressaem, mas uma certeza parece organizar esse aparente caos: a de que novos dilemas éticos, em torno da produção do Jornalismo, estão por vir. E o que esses novos dilemas sugerem? Para Kucinsky (2004, p. 24), nesse novo ambiente, “[...] as éticas socialmente constituídas cederam espaço a uma ética definida em torno de cada indivíduo, o que parece uma contradição em termos, um paradoxo, já que as condutas pessoais só podem ser avaliadas na sua articulação com outras condutas”. Cada indivíduo, “[...] nesses tempos pós-modernos, teria a faculdade de decidir sua própria conduta, cultivar seus próprios valores. É o retorno a mais primordial de todas as discussões éticas: a da possibilidade ou não de haver uma ética”. Estaríamos fadados a conviver com éticas ‘individuais’? No Jornalismo, como conciliar responsabilidade social da profissão, em que emerge uma compreensão coletiva no processo de sociais, com éticas individuais?

Cada vez mais devemos lembrar Goodwin (1993) e suas desconcertantes perguntas quando nos deparamos diante de dilemas que se assomam éticos para nós, embora essas mesmas perguntas já devam ser pensadas sob esse outro ambiente de produção do jornalismo que começamos a vivenciar: 1) O que é que nós fazemos habitualmente em casos como esse?; 2) Quem será prejudicado e quem será ajudado?; 3) Existem alternativas melhores?; 4) Poderei me olhar de novo no espelho?; 5) Poderei justificar isso perante as pessoas e o público?; 6) Quais os princípios e os valores que devemos aplicar?; 7) Será que essa decisão se encaixa no tipo de jornalismo em que eu acredito?

Esperamos poder dar nossa contribuição para esses diálogos trazendo como subsídio a vivência de nossos entrevistados que tão bem apontam a relação entre produção do jornalismo e ética profissional. São eles que no cotidiano de seu trabalho fazem a si mesmos essas perguntas constantemente. E sem a participação deles, o debate pode se tornar estereótipo e vazio, como vazios se tornam nossos argumentos cada vez que nos deparamos com outras situações em que a relação ética e jornalismo é posta em confronto.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Estudo a possibilidade de elaborar um artigo específico, a partir das entrevistas realizadas, sobre como os jornalistas entrevistados compreendem os conceitos de ética e moral, frente o exercício profissional do Jornalismo.
- <sup>2</sup> A TAM é uma empresa aérea. O acidente se refere ao voo TAM JJ3054, realizado em 17 de julho de 2007, que causou a morte dos 187 passageiros.
- <sup>3</sup> Aqui se refere ao portal do jornal O Povo, jornal de segunda maior circulação no Ceará.
- <sup>4</sup> Aqui se refere ao portal do jornal Diário do Nordeste, jornal de maior circulação no Ceará.
- <sup>5</sup> Hospital Geral de Fortaleza, equipamento de saúde administrado pelo governo do estado.
- <sup>6</sup> Emissora de televisão cearense, filiada à época ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

## REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca de fundamentos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, v. 27, n. 44, p. 85-101, 2º sem. 2005.
- CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia - uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- GOODWIN, H. Eugene. **Procura-se: ética no jornalismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.
- KARAM, Francisco José Castilhos. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. I, n.1 - 1º Semestre de 2004.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

**Edgard Patrício** Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará. Participante do grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Política.  
**E-mail: [edgard@ufc.br](mailto:edgard@ufc.br)**

RECEBIDO EM: 28/09/2013 | ACEITO EM: 10/12/2013